

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 205

Data: 01.05.84 Pg.: \_\_\_\_\_



Agora há esperanças de que os txucarramãe resolvam libertar os reféns doentes

## Cai presidente da Funai

O governo decidiu demitir o presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, forma encontrada para tentar resolver o impasse entre a Fundação e os índios txucarramães, que mantêm nove funcionários do órgão presos na aldeia do Cretire, no Parque Nacional do Xingu. Os índios tomaram uma balsa que fazia a travessia do rio e ainda querem do governo a cessão de uma faixa de 40 por 60 quilômetros. O governo resolveu ceder às pressões porque recolheu sinais seguros de que os indígenas poderiam matar os prisioneiros. Além disso, dois dos reféns estão com seu estado de saúde abalado, especialmente Carlos Grossi, diretor do Departamento de Assistência ao Índio, com forte crise renal. O cacique Raoni concorda em liberar os doentes, mas antes quer esperar o ato de Andreazza pedindo a demissão a Figueiredo.

Em conversa telefônica, os ministros Danilo Venturini, de Assuntos Fundiários, e Mário Andreazza, do Interior, decidiram a demissão do presidente Octávio Ferreira Lima, como queriam os txucarramães, representados pelo deputado Mário Juruna e pelos caciques Marcos Terena e Megaro. O problema da cessão de 40 quilômetros de terras no Parque do Xingu ficou para ser decidido

amanhã, em contato de Juruna com o ministro do Interior.

Pela manhã, antes de receber a comissão dos índios, Venturini conversou durante uma hora com Andreazza, que ao final da tarde viajou para o Rio. Com Juruna e seus companheiros em seu gabinete, Venturini ligou para o avião em que viajava Andreazza e perguntou se era possível a demissão do presidente da Funai. "É possível, sim, isso eu garanto", respondeu Andreazza, de acordo com o relato de Marcos Terena. Os índios saíram satisfeitos do encontro com Venturini, no Palácio do Planalto, e sugeriram quatro nomes para a presidência da Funai: Dalmo Dallari, Pedro Paulo Venturelli, Gerson Alves da Silva e Carlos Moreira Neto.

O ministro Venturini propôs aos índios, em troca da área por eles pretendida, uma faixa de 15 quilômetros contígua à que desejam, denominada Capoto. Terena informou que Venturini e Andreazza vão verificar a situação legal das terras para avaliar a possibilidade de cessão aos txucarramães, ficando então a decisão para outro encontro, amanhã.

O dia dos 13 índios ontem em Brasília foi bastante tenso, especialmente porque eles entendiam que o governo não estava disposto a ceder.

Tendo a frente o deputado Mário Juruna (PDT RJ), e o líder Megaron, sobrinho do cacique txucarramãe Raoni. Eles estiveram com Mário Andreazza pela manhã e ouviram dele que as negociações somente poderiam ser iniciadas à tarde, quando chegasse a resposta de um rádio enviado pelo Ministério à aldeia Cretire, pedindo informações da representatividade do grupo que estava em Brasília.

Novo encontro foi marcado para 14h30, mas o ministro viajou para o Rio de Janeiro e mandou um grupo de colaboradores discutir com os índios. Isso provocou revolta entre eles, e Mário Juruna afirmava abertamente que Andreazza seria responsável pela vida dos reféns.

Esta reunião teve de ser suspensa para que Juruna fosse manter encontro com o ministro Danilo Venturini, dos Assuntos Fundiários, quando retornou com as primeiras respostas positivas do governo aos pedidos formulados.

Otávio Lima, que colocou o cargo à disposição para que o impasse fosse resolvido, é o quarto presidente que se afasta da Funai no atual governo. Os outros enfrentaram problemas não apenas com as comunidades indígenas, mas também de ordem administrativa.

## Ameaça a reféns preocupa antropólogos

**LUIZ ROBERTO DE SOUZA QUEIROZ**

A ameaça de morte contra os funcionários da Funai detidos pelos índios do Xingu como reféns é muito séria e pode concretizar-se a qualquer momento. Essa é a conclusão de um grupo de antropólogos que se reuniu ontem em São Paulo, e que foi apoiada por Ailton Krenak, um líder indígena residente na Capital paulista. Ele acaba de receber uma carta de Marauê, o chefe dos cajabi do Xingu, que escrevendo no dia 24 já confessava estar tendo dificuldades insuperáveis para conter seus guerreiros. As fazendas não serão atacadas, garante Marauê, mas tornou-se impossível dar garantia de vida aos reféns.

A Comissão Pró-Índio, que teve representantes no encontro, encaminhou ontem novo telegrama ao ministro Mário Andreazza, do Interior, e também ao procurador-geral da República, afirmando que "repudiamos a intransigência no trato com os índios do Xingu, que pode deflagrar um massacre cuja responsabilidade total caberá à Funai e ao Ministério do Interior. Alertamos para o perigo iminente e pedimos medidas urgentes que criem condições para a negociação". O telegrama é mais uma tentativa de vencer a imobilidade da Fundação, que poderia ser aumentada pela queda do seu presidente.

A notícia da troca do comando da Funai foi antecipada pelos representantes do Banco Mundial, que atualmente financia dois projetos em benefício dos índios brasileiros, e também é vista como consequência da aprovação, pela Câmara Federal, de um projeto do deputado Mário Juruna que reformula toda a estrutura da Fundação e garante aos índios o direito de serem ouvidos em decisões de seu interesse.

Na carta que enviou ao líder krenac, o cacique Marauê diz que a intransigência do presidente da Funai e do ministro Andreazza levou os índios a um ponto de desespero tão grande que se tornou difícil para os líderes, como ele mesmo, Megaron e Raoni, conter os guerreiros e convencê-los de que será negociada alguma saída.

Os jovens perderam totalmente a confiança na possibilidade de negociação, afirma Marauê, e a conse-

quência é que "os carajá vão morrer, se não for decidido nada". Os fazendeiros temem um ataque e por isso algumas fazendas foram praticamente minadas com tambores cheios de explosivo e de areia, que serão detonados caso os índios avancem. Mas os índios estão revoltados principalmente com a Funai, e em três reuniões consecutivas decidiram que em nenhuma hipótese as fazendas serão atacadas.

### Antropólogos advertem

A antropóloga Carmen Junqueira, coordenadora dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC, também manifestou ontem sua preocupação com o que está ocorrendo no Xingu. Mas insistiu que, a seu ver, "os txucarramãe têm toda razão e por isso explica-se que façam essas ameaças, pois desde 1971, quando a BR-80 cortou o parque do Xingu, dividindo o território deles, vêm reclamando para que a Funai faça uma faixa de segurança que isole suas aldeias das fazendas vizinhas".

"Durante 13 anos a Funai não apenas não fez nada — acrescentou ela — como também enganou os índios, prometendo cumprir o que está estabelecido na Constituição e fazer valer os direitos que as leis ordinárias também garantem aos índios." A antropóloga insistiu que a submissão e a disciplina nos grupos indígenas são diferentes e assim os jovens guerreiros, que não aceitam promessas que não se transformam nunca em realidade, podem realmente matar os reféns, por decisão própria.

Também a antropóloga Lux Vidal, da USP, falou ontem sobre o problema do Xingu, lembrando porém que não é esse o único caso em que a atual direção da Funai é omnia. Ela citou o problema dos Ianomami, que fizeram longa campanha para conseguir um território contínuo, pois o órgão insistia em que ocupassem apenas as terras imediatamente vizinhas a cada aldeia, formando "ilhas" que impediriam a união da tribo. Há um ano o território reivindicado foi concedido, mas a Fundação não tomou providência alguma para demarcá-lo.

Na área do Projeto Carajás, foi o Banco Mundial que exigiu que três milhões de dólares fossem empregados no favorecimento das 14 comuni-

dades indígenas afetadas pelo programa e que incluem índios caiapó, gavião, paracanã, apinagê, assurini, guajá e guajajara. Mas por mais boa vontade que a Vale do Rio Doce tenha em cumprir essa exigência, insiste Lux Vidal, a Funai dificulta esse trabalho e emprega os dólares concedidos na criação de sua própria infraestrutura.

Em Rondônia, no projeto Pólo Noroeste, afirmou Carmen Junqueira, a situação é a mesma. O Banco Mundial condicionou o empréstimo para asfaltar a rodovia a Cuiabá-Porto Velho à proteção efetiva das 20 comunidades parei, nhambiquara, suruí, cinta-larga, paca-nova e uru-eu-uau-uau que serão afetadas. E novamente os recursos estão sendo destinados à administração da própria Funai de forma quase integral, restando muito pouco para a demarcação das terras indígenas. O incrível, observou a antropóloga, é que, enquanto a Fundação leva anos para demarcar uma terra, qualquer fazendeiro consegue fazê-lo em dois ou três meses em suas fazendas, sem encontrar as dificuldades que o órgão alega.

O Incra também demarca terras com rapidez, valendo-se inclusive dos satélites, disse Carmen Junqueira. Já a Funai não conseguiu demarcar um território gavião com 300 índios, e dentro dele há um estabelecimento de 350 famílias de posseiros. Na área interdita para que nela vivam os cinta-larga, desde 1978 funciona um garimpo de ouro, e a Fundação não o expulsa. O caso mais grave da atual administração, entretanto, disseram os antropólogos e também a jurista Eunice Paiva, é o de Serra Morena, onde o governo de Mato Grosso invadiu uma área indígena e está construindo uma hidrelétrica. E a obra da Cemat foi avançando durante seis meses, sem qualquer providência da Funai.

Por isso mesmo os antropólogos comentaram que o problema do Xingu é apenas o mais agudo, mas que certamente nos próximos meses outros conflitos graves virão à tona, a não ser que a Funai deixe de ser omissa e passe a agir. A acusação feita por todos os antropólogos ouvidos é de que hoje o organismo só reage quando os jornais começam a noticiar um problema existente em determinada área.